



## **APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS, GOVERNANÇA E SISTEMAS DE ARQUIVOS: usos e papéis sociais para o processo democrático**

**A** Arquivologia associada aos Direitos Humanos hoje é uma grande fonte de pesquisas, promovendo diversos usos e papéis sociais para os arquivos, arquivistas, usuários e a sociedade em geral. A Constituição Brasileira de 1988, no momento do processo de redemocratização do país, deu margem para o desenvolvimento e espaço para a Lei 8.159, de 1991. Foi um grande avanço quando normalizou e inaugurou teoricamente a Política Nacional de Arquivos, nos seus artigos 5º e 6º o Acesso à Informação, a criação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Todavia, conforme afirmam Couture e Rousseau (1998) e Jardim (2006), para ter uma política arquivística não basta ter uma legislação. As demandas sociais levam às políticas arquivísticas, de entidades públicas ou privadas, que possam ter uma interação com outras políticas como as políticas públicas de informação, políticas de saúde, educação, culturais etc.

As políticas públicas passam por etapas de suas formulações, suas implementações, avaliações e retroalimentações. As políticas públicas arquivísticas podem passar por essas etapas de suas formulações por programas, projetos, metas, objetivos e por fim por ações, por meio da Gestão de Documentos, das funções arquivísticas de produção, classificação, seleção, avaliação, destinação, manutenção, uso, descrição e difusão de documentos e informações arquivísticas. Assim, sendo necessárias na sua operacionalização as questões de recursos humanos especializados, recursos financeiros, recursos tecnológicos, entre outros.

A Governança Arquivística é uma noção a ser explorada, como nos diz Jardim (2018), mas ao que tudo indica leva às ações individuais e coletivas de direção e avaliação em questões referentes ao governo, tema atual que tem papel relevante no controle, e na fiscalização dessas políticas, facilitando os caminhos do governo à prestação de contas. Outra dimensão da Arquivologia a ser apresentada nesta perspectiva é da Governança Arquivística realizada nas empresas e organizações privadas. Em nosso entendimento, caracteriza-se por ser um território vasto a ser

explorado, mas que há pouca reflexão e produção, ao menos no caso brasileiro, sobre este domínio.

As instituições e serviços arquivísticos carecem da implantação de suas políticas e sistemas de arquivos, levando-os à gestão de documentos, racionalização, eficácia, proteção do patrimônio documental e construção de uma cidadania fortalecida. A Lei 12.527, de 2011 – Lei de Acesso à Informação – surgiu para facilitar o controle das ações, informações e documentos produzidos pelo governo, trazendo o novo paradigma do acesso como regra e o sigilo como exceção. Continua a ser uma pauta importante o desenvolvimento da cultura da transparência. A importância das políticas arquivísticas devem atender aos cidadãos no acesso à informação, promovendo o processo democrático e accountability.

As agendas de pesquisas necessitam de reflexões sobre as políticas públicas e privadas arquivísticas, governança e dos sistemas de arquivos no Brasil. Neste sentido, foi constituído um dossiê reunindo cinco artigos que falam sobre Políticas Arquivísticas, Governança e Sistemas de Arquivos, em órgãos públicos e entidades privadas, para atender à demanda do periódico *Informação Arquivística*, da AAERJ, conforme os resumos dos artigos dos autores a seguir:

O primeiro artigo trata da **Elaboração, desenvolvimento e implementação da política arquivística da Universidade de Brasília: relato de experiência**, de autoria de Dra. Cynthia Roncaglio, Me. Rodrigo de Freitas Nogueira, Me. Rafael Augusto Mendes Rosa e Ma. Thiara de Almeida Costa. A política arquivística de uma universidade pública deve estar alinhada com as políticas informacionais da instituição e à política de informação nacional. Este artigo tem como objetivo descrever o processo de construção e os desafios relacionados à elaboração, desenvolvimento e implementação da política arquivística da Universidade de Brasília (UnB). O método adotado foi o levantamento documental e bibliográfico, bem como no relato dos autores envolvidos ao longo do extenso percurso que resultou na elaboração do documento final.

O segundo artigo é intitulado **A Institucionalidade Arquivística nos Municípios do Rio Grande do Sul**, do Prof. Dr. Francisco Cougo e da graduada em Arquivologia Leslie Mari Alves da Luz. Este artigo tem como objetivo investigar os elementos fundamentais da institucionalidade arquivística evidenciados na legislação dos municípios do Rio Grande do Sul com mais de 50 mil habitantes. A análise em âmbito municipal visou mitigar a ausência de dados confiáveis sobre instituições arquivísticas em tal esfera. Os arquivos públicos municipais precisam ser dotados dos elementos que constituem a institucionalidade arquivística para que possam cumprir suas atribuições legais. A estratégia metodológica mista empregada foi a quali-quantitativa,



dividida em seis etapas. Os resultados apresentados são voltados a compreender não apenas quantas e quais instituições arquivísticas públicas existem no Estado do Rio Grande do Sul, mas também como estes organismos têm cumprido suas funções.

O terceiro artigo apresenta o **Diagnóstico da situação arquivística: um modelo conceitual**, de autoria do Professor Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa, Professor titular, Rogério Henrique de Araújo Júnior, Professor associado, e Carlos Henrique Leite, Pesquisador, todos relacionados ao Curso de Arquivologia da UnB. O trabalho trata da importância das políticas arquivísticas institucionais e do diagnóstico da situação arquivística para a formulação e implementação de políticas arquivísticas e dos instrumentos de gestão de documentos. O objetivo deste artigo é discutir as possibilidades de transformar o diagnóstico da situação arquivística em um instrumento gerencial e de planejamento. A metodologia consistiu em uma revisão de literatura e na observação direta para oferecer um modelo conceitual de diagnóstico da situação arquivística. O diagnóstico da situação arquivística deve ser adaptável às necessidades específicas de cada organização, para que funcione em todos os contextos. Assim, o diagnóstico arquivístico deve ser voltado às diversidades organizacionais, sejam culturais, estruturais ou tecnológicas.

O quarto artigo é o do **Gerenciamento Arquivístico no Serviço de Arquivo Permanente: identificação de elementos mobilizados**, do Prof. Dr. Welder Antônio Silva. Este artigo tem como tema o gerenciamento no serviço de arquivo permanente. Busca identificar os elementos para o planejamento, organização, direção e controle das funções típicas a serem executadas no âmbito de um serviço de arquivo permanente no cenário arquivístico brasileiro, tais como: diretrizes (políticas arquivísticas institucionais), regulamentações dos processos e instrumentos de gestão. Quanto aos procedimentos metodológicos o uso da pesquisa exploratória qualitativa, do método de abordagem indutivo, da pesquisa bibliográfica em plataforma digital brasileira de artigos científicos de autoria nacional publicados entre 2012 e 2022, utilizando como ferramenta operacional o brauseio.

O quinto artigo é o de autoria da Professora Dra. Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), intitulado **Políticas públicas arquivísticas e a preservação de arquivos privados**. O artigo apresenta uma discussão sobre o espaço dos arquivos privados nas políticas públicas arquivísticas. Para isso, realiza uma revisão bibliográfica, sobre os temas dos arquivos privados e das políticas públicas arquivísticas, a partir de seus elementos constitutivos. Como resultados, apresenta um conjunto de diretrizes para elaboração de políticas arquivísticas que contemplem a preservação de arquivos privados.

Assim, esperamos que todos tenham uma boa leitura e que as reflexões aqui apresentadas possam trazer ideias, argumentos, possibilidades, e perspectivas para o conhecimento de pesquisadores, professores, gestores e discentes interessados no campo arquivístico.

**Rosale de Mattos Souza**

Professora Doutora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

**Alexandre de Souza Costa**

Professor Doutor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)